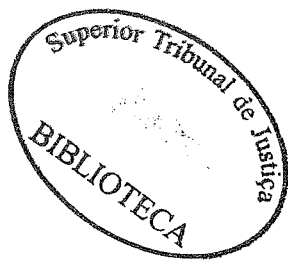


FREDERICO AUGUSTO  
LEOPOLDINO KOEHLER



# A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

3ª

Edição revista,  
ampliada e atualizada

Londrina/PR  
2023

  
**THOTH**  
EDITORA

347.9  
K77r  
3.ed.

Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)



© Direitos de Publicação Editora Thoth.  
Londrina/PR.  
www.editorathoth.com.br  
contato@editorathoth.com.br

Koehler, Frederico Augusto Leopoldino.  
A razoável duração do processo. (3ª  
edição revista, ampliada e atualizada). /  
Frederico Augusto Leopoldino Koehler.  
– Londrina, PR: Thoth, 2023.

342 p.  
Bibliografias: 313-342  
ISBN : 978-65-5959-583-9

1. Razoável duração do processo. 2. Direito  
a um processo sem dilações indevidas. 3.  
Direito à indenização. 4. Tribunal Europeu  
de Direitos Humanos. I. Título.

CDD 341.46

Diagramação e Capa: Editora Thoth  
Revisão: o autor  
Editor chefe: Bruno Fuga

Índices para catálogo sistemático  
1. Direito Processual Civil: 341.46

1248898

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele  
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •  
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.  
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel  
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.  
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme  
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves  
Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da  
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.  
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.  
Tiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra  
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é  
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados  
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se  
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por  
seus autores.

SUPERIOR TRIBUNAL DA JUSTIÇA  
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA  
Nº DATA  
1248898 25/01/24

# PREFÁCIO À 3ª EDIÇÃO

---

Mal começa o inverno, nessa ensolarada Brasília, e dois dias após o São João, recebo o convite do amigo Frederico Koehler para prefaciar a 3ª. edição do livro “A Razoável Duração do Processo”. Não é pouca a honraria, diante desse talento que vi florescer num verão de 2015, na sala de reuniões do Conselho da Justiça Federal, quando eu presidia a Turma Nacional de Uniformização, sendo ele um dos representantes do Tribunal Regional Federal da 5ª. Região.

Já o conheci com uma certa tardança. Àquela altura, Frederico Koehler havia lançado, em 2013, a 2ª. edição deste trabalho, que nos remete à tese de mestrado, sustentada com brilho solar na Universidade Federal de Pernambuco, na dissertação *O princípio da razoável duração do processo: propostas para a sua concretização nas demandas cíveis*, na qual tirou nota máxima, com louvor e distinção.

Sou uma espécie de caça-talentos no Judiciário e num abuso de autoridade que ele me perdoou, pedi-lhe para que, em curto prazo, coletasse material das sessões da TNU com o intuito de publicarmos um livro de comentários aos enunciados de súmulas do colegiado. Entregou-me<sup>1</sup> o trabalho em tempo inferior ao assinalado.

Dito isso e dito pouco, convidei-o então para coordenar a minha assessoria no Superior Tribunal de Justiça. Transferiu-se num outono para o cerrado com armas (a inteligência e a cultura), bagagens (os livros) e a família. A dois passos de mim, num apertado gabinete, eu descobri mais do que um magistrado magistral.

Julgador atento, o Dr. Fred, como todos no gabinete o chamavam, era um gestor notável, além de possuir temperamento ameno, de fácil convivência, mas resiliente, naquele cenário tenso de tanta pressão para reduzir o acervo de milhares de processos.

*Tempus fugit.* Voltemos ao Frederico Koehler jurista e sua atual missão. O nosso autor sabe que o Direito surge da construção política, mas a Justiça, esse caprichoso substantivo feminino, é a arte-mãe da harmonia, que mais se expressa do que se define, “um bem mais precioso do que muitas barras de ouro”, como na República de Platão.

Assim sempre, sempre será, como o pão dos pobres registrado por Bertold Brecht, quando a justiça se apresentar inteira e efetiva pelas mãos do Direito em tempo razoável.

Revisitando o tema que o introduziu à carreira docente, o zeloso escritor atualiza o estudo do processo civil, ao incorporar neste trabalho todas as mudanças legislativas – e não foram poucas – no correr dos últimos dez anos, a começar pelo CPC/2015.

Vai além das nossas fronteiras, pois estuda a responsabilização do Estado perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Menciona a evolução jurisprudencial brasileira sobre o tema, em especial o direito à indenização.

Propõe e inova, em capítulo com importantes sugestões para a aceleração referente ao cumprimento de sentença e ao processo de execução. Questiona sobre a isenção do Estado em torno da responsabilidade de indenizar diante de um cenário de carência de recursos humanos e materiais e sobre qual o limite de tempo pode ser considerado razoável para a duração de um processo.

O livro tem o gosto de uma agradável narrativa em que o personagem principal é o processo civil brasileiro. E conclui, com carradas de razão, que “a sentença, na maioria dos casos, convolou-se em mero ponto de passagem para os tribunais”.

Em resumo, embora esteja na primavera da idade, Frederico Koehler já se impõe como um notável professor da ciência processual. Seus escritos são leituras imprescindíveis em todas as estações do ano.

Brasília, DF, 26 de junho de 2023.

**OG FERNANDES**